

MEDIDA INÓCUA, ANTE A IMENSA DESIGUALDADE NO SISTEMA ESCOLAR

Eunice Durham
Professora da FFLCH-USP



Aumentar a pontuação dos egressos da escola pública não contribui para diminuir a imensa desigualdade educacional do país, porque não estamos ainda sequer conseguindo que as camadas mais pobres terminem o ensino fundamental plenamente alfabetizadas. É ilusório pensar que democratizaremos a educação incluindo alguns alunos a mais da classe média, que estudou no ensino médio das escolas públicas com notas regulares. Vale a pena sacrificar o critério do mérito para obter este resultado?

O vestibular tal como era tradicionalmente realizado nas universidades públicas apresentava muitas vantagens. Em primeiro lugar, tinha um cunho marcadamente universalista, não levando em consideração, como critério para ingresso, nem gênero, nem raça, nem renda familiar, tão somente o mérito acadêmico. Isto impedia o protecionismo tão comum na nossa sociedade. Filhos de senadores, de deputados, de grandes industriais, e mesmo de cientistas e professores da universidade podiam e eram reprovados, se não demonstrassem

uma boa escolarização anterior.

Em segundo lugar, e isto é pouco reconhecido, ele tinha a vantagem de zerar o desempenho anterior dos candidatos. As notas obtidas no ensino médio não eram levadas em consideração — apenas a conclusão do curso era exigida. Pode se considerar estranho que isto seja considerado vantagem, mas este processo permitia que os candidatos superassem deficiências de formação e fracassos durante seu processo de escolarização anterior, fazendo cursinhos ou estudando por conta própria. Talvez eu me engane, mas, na minha experiência, boa parte dos alunos mais intelligen-

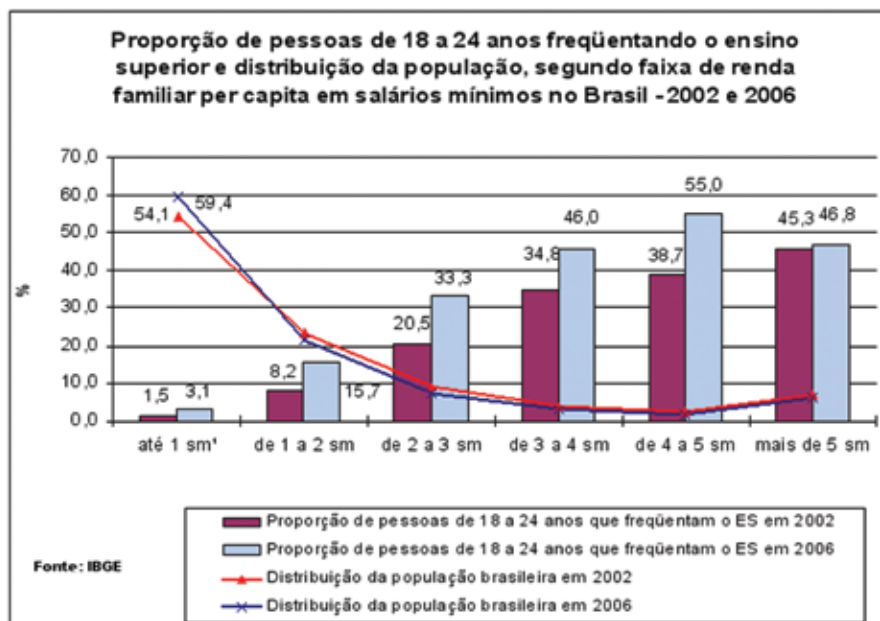
tes e criativos que conheci foram maus alunos no ensino médio. O ensino médio tal como é oferecido nas nossas escolas, especialmente, mas não só nas públicas, é desinteressante e desestimulante. E não só nas nossas: Einstein é um exemplo clássico de desempenho medíocre na escola secundária. Além do mais, a adolescência é um período muito tumultuado durante o qual a iniciação sexual, o sucesso esportivo e a popularidade no grupo de idade são muito mais importantes do que o sucesso escolar. Além disso, a cultura brasileira, ao contrário da oriental, não valoriza o sucesso nos estudos.

De fato, há um único momento, no Brasil, no qual o sucesso escolar e a dedicação ao estudo são estimulados e aplaudidos por familiares e amigos: é exatamente aquele que antecede e é ritualizado pela aprovação no vestibular. É em função do desejo de ingressar na universidade que muitos jovens, pela primeira vez na vida, se dedicam aos estudos e o sucesso no vestibular, pelo menos em parte, reflete este empenho, o qual constitui um elemento muito importante de preparação para o bom aproveitamento nos cursos universitários.

Em terceiro lugar, o vestibular, com a publicação de notas e do gabarito das provas, é uma instituição extremamente transparente. Por outro lado, é verdade que o vestibular favorece os estudantes que provêm de famílias mais escolarizadas. Este fator é mais favorável do que nível de renda, embora ambos estejam associados. Quando se analisa a distribuição de renda entre os ingressantes na universidade, verifica-se que a mediana se localiza nas faixas entre três e cinco salários mínimos *per capita*, e o percentual dos aprovados na faixa dos mais ricos é inferior dos pertencentes às classes médias.

A associação entre sucesso escolar, renda e nível de instrução dos pais é universal. No Brasil, entretanto, a excessiva desigualdade econômica e educacional que caracteriza nossa sociedade faz com que apenas uma minoria de jovens conte com as vantagens de uma tradição familiar de contato com uma cultura letrada, isto é, com o que Bourdieu denomina capital cultural.

Os jovens que não contam com essas vantagens, que precisam tra-



“O tipo de inclusão proposto pela USP não é mais do que uma gota d’água no oceano do ensino superior. As 3 universidades paulistas incluem só 9,5% dos matriculados no ensino superior em SP, metade deles na USP”

balhar enquanto estudam e já no ensino médio estão matriculados nos cursos noturnos, têm pouco tempo para estudar; além do mais, já trazem do ensino fundamental sérias dificuldades no domínio da leitura, da escrita, o que dificulta seu aprendizado. De fato, o enorme aumento do número de estudantes no ensino médio, em São Paulo, foi acompanhado de uma grande queda na qualidade de ensino. Os resultados da avaliação do ensino médio público, recentemente divulgados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, indicam uma média de

1,4 na escala de 1 a 10. Este resultado é alarmante porque significa que a imensa maioria dos jovens não tem condições de fazer um curso superior. É preciso não esquecer que não há bom ensino universitário se não houver bons estudantes e que o sucesso escolar nos níveis mais avançados depende de uma boa base anterior. É isto que justifica o ingresso por exames de desempenho.

O ensino superior privado, apesar da enorme desvantagem de ser pago, oferece muitas vantagens para esta população. Em primeiro lugar, não exige um bom nível de escolaridade

anterior. Com exceção de umas poucas instituições de elite, as instituições privadas aceitam praticamente todos os egressos do ensino médio que podem pagar. Em segundo lugar, concentram-se na oferta de cursos noturnos. Em terceiro lugar, os cursos são menos exigentes academicamente e não é necessária uma grande dedicação aos estudos. Finalmente, a amplitude da rede de estabelecimentos privados permite que os alunos freqüentem cursos mais perto de suas residências ou de seu emprego, não sobrecarregando seu tempo com longos translados. A estratégia de boa parte dos alunos consiste em arrumar um emprego que pague mais do que custa a matrícula no ensino superior ou, inversamente, escolher uma instituição que cobre menos do que ele ganha. Assim mesmo, são poucos os que percorrem este caminho, porque a associação entre trabalho em tempo integral e estudo exige muito esforço e dedicação.

O ProUni atendeu bastante bem as características e necessidades desta população. Vale lembrar, entretanto, que tendo estabelecido critérios mínimos de desempenho escolar no Enem e limites máximos de renda *per capita*, teve grandes dificuldades em preencher a oferta de bolsas disponíveis porque não há número suficiente de pobres com bom desempenho escolar.

Considerando as vantagens do vestibular, pergunto-me se vale a pena alterá-lo.

Na questão custo-benefício, gostaria de lembrar que o tipo de inclusão proposto pela USP não é mais do que uma gota d'água no oceano do ensino superior. Afinal, as três universidades paulistas incluem apenas 9,5% dos alunos matriculados no ensino superior em São Paulo, metade dos quais na USP.

Se estabelecermos vantagens na pontuação do vestibular para candidatos provenientes de escolas públicas para dobrar o percentual de estudantes desta proveniência, não conseguiríamos maior adicional do que o equivalente a 1,5% do conjunto dos

***“Prefiro
e acho mais produtiva a
iniciativa da Unesp de criar cursos pré-
vestibulares gratuitos para alunos provenientes de
escolas públicas. No ano passado, atenderam 3.714
jovens, do quais 707 foram aprovados em
universidades públicas”***

alunos que hoje freqüentam o ensino superior. E os demais, como ficam?

Medidas como esta, de aumentar a pontuação dos egressos da escola pública, não contribuem significativamente para diminuir a imensa desigualdade educacional do país, porque não estamos ainda sequer conseguindo que as camadas mais pobres terminem o ensino fundamental plenamente alfabetizadas. É ilusório pensar que democratizaremos a educação incluindo alguns alunos a mais da classe média, que estudou no ensino médio das esco-

las públicas com notas regulares.

Esta medida parece-me um tanto inócua, ante a imensa desigualdade no sistema escolar brasileiro. Vale a pena sacrificar o critério do mérito para obter este resultado? É como se estivéssemos tentando aplacar a nossa má consciência face à nossa omissão, face à desigualdade social e educacional.

Prefiro e acho mais produtiva a iniciativa da Unesp de criar cursos pré-vestibulares gratuitos para alunos provenientes de escolas públicas. No ano passado, foram 3.714 jovens, do quais 1.050 foram aprovados em concursos vestibulares, sendo 707 em universidades públicas. Os

que não ingressaram, certamente saíram com alguma coisa — uma formação melhor que a obtida no ensino médio público. Isto constitui hoje uma grande vantagem na disputa por posições no mercado de trabalho.

É verdade que uma iniciativa como esta daria muito mais trabalho e envolveria professores e alunos da universidade numa atuação direta com alunos das escolas públicas, em lugar de olhar o problema de longe. Envolveria também alguns recursos, mas poucos — cursos como estes poderiam ser montados com bons alunos da própria universidade, que receberiam bolsas para atuar sob a orientação dos excelentes professores que temos, como faz hoje a Escola Politécnica. Mas é, de fato, muito mais fácil introduzir pontuações adicionais.